

ADUNIOESTE

SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE

(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)

MOVIMENTO DOCENTE EM ESTADO DE ALERTA: GOVERNO ANUNCIA QUE VAI RESPEITAR DATA-BASE. ENTRETANTO NÃO GARANTE A REPOSIÇÃO INTEGRAL DA INFLAÇÃO ACUMULADA NO ÚLTIMO ANO.

Em matéria divulgada pela Agencia Estadual de Notícias, no último dia 8 de abril, ("**Governo do Estado garante respeito à data-base dos servidores públicos**"¹) o Governo Beto Richa anunciou, por meio do Secretário da Administração e Previdência Luiz Eduardo Sebastiani, que "irá respeitar a lei 15.512, que regula a data-base dos servidores". Entretanto, isso não significa que o salário do conjunto dos servidores estaduais, incluindo os docentes, será reajustado por um índice que reponha integralmente a inflação acumulada no último ano. Para tanto seria necessário um reajuste de 6,5%, de acordo com estimativas do Dieese. Ao que parece o secretário procura previamente construir argumentos que procuram "justificar" a concessão de um reajuste menor que a inflação acumulada no último ano (6,5%) ou ainda, num cenário pior, a não concessão da revisão geral anual de salários. As declarações do secretário de Administração e Previdência, transcritas abaixo, nos permitem chegar a tal conclusão.

De acordo com o secretário Sebastiani: "*o reajuste a ser definido para os servidores será aplicado no salário de maio. O percentual será anunciado pelo governo estadual nos próximos dias, quando o Poder Executivo encaminhará mensagem de lei à Assembleia Legislativa [...] estão sendo finalizados os cálculos dos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal para os gastos com pessoal, para que haja uma definição do índice de reajuste, em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda. [...] o Governo do Estado já recebeu um "sinal de alerta" do Tribunal de Contas do Paraná, [...] sobre os gastos com a folha de pagamento, que já chegaram a 93,88% do teto legal em dezembro de 2010. Pela proximidade com o teto, os gastos do Governo do Paraná com a folha estão no chamado limite prudencial*" (Agencia Estadual de Notícias, 8/4/2011).

Ao afirmar que o "percentual será anunciado nos próximos dias", que a definição do índice depende dos "parâmetros da Lei de responsabilidade fiscal para os gastos com pessoal" e que "os gastos com a folha de pagamento [...] estão no chamado limite prudencial" o secretário deixa claro que não há, pelo menos por enquanto, um compromisso do Governo Beto Richa com a reposição integral da inflação acumulada.

A Diretoria da Adunioeste entende que o desrespeito à data-base seria um enorme retrocesso e criaria um clima de animosidade entre os servidores estaduais e o Governo Beto Richa. As declarações do secretário Sebastiani são preocupantes e indicam que, se necessário, a categoria docente será chamada à mobilização coletiva para evitar o desrespeito aos nossos direitos adquiridos. **O que esperamos do novo governo são avanços e não retrocessos. Queremos continuar melhorando as nossas condições de trabalho e de salário pelo diálogo, sempre que possível, e pela mobilização coletiva, sempre que necessário.** Nos últimos 4 anos (2007-2010) o Governo Estadual respeitou a data-base dos servidores estaduais concedendo um índice de reajuste que repunha integralmente a inflação acumulada no ano anterior (IPCA de 1º de maio a 30 de abril).

Caso o Governo Beto Richa desrespeite a data-base os docentes da Unioeste deverão construir mobilizações gerais unificadas, com os docentes das outras universidades e com os demais servidores, como forma de demonstrar a disposição da categoria em enfrentar toda e qualquer ação governamental que signifique um retrocesso em relação aos nossos direitos. A Adunioeste vai realizar Assembleias Docentes em todos os campi da Unioeste, no período de 25 a 29 de abril, para discutir a situação e especialmente indicar formas de mobilização da categoria, pela base, para buscar garantir o respeito à data-base.

EXECUÇÃO DA AÇÃO JUDICIAL QUE GARANTE O DIREITO DOS DOCENTES DA UNIOESTE À PROMOÇÃO DE CLASSE DURANTE O ESTÁGIO PROBATÓRIO

Finalmente a questão da promoção de classe durante o estágio probatório está próxima de ser resolvida. A Administração Superior da Unioeste, por meio da Diretoria de Recursos Humanos, se comprometeu a concluir até o final desta semana as planilhas com o reenquadramento funcional e com o cálculo dos recursos financeiros que cada docente, amparado pela ação judicial, terá direito. Concluídas tais planilhas a Administração Superior deverá anunciar quando será feito o pagamento aos professores amparados pela decisão do Tribunal de Justiça.

¹ Conferir: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=63095&tit=Governo-do-Estado-garante-respeito-a-data-base-dos-servidores-publicos>

Para lembrar o caso: Diferentemente do que ocorria em outras universidades paranaenses os professores efetivos da Unioeste, em estágio probatório, até setembro do ano passado² não tinham direito à Promoção de Classe. Por decisão da Administração Superior da Unioeste muitos colegas que concluíam o mestrado ou doutorado, durante o estágio probatório, não eram promovidos de classe (de Auxiliar para Assistente ou de Assistente para Adjunto). Em junho de 2002 a Adunioeste, por meio de sua Assessoria Jurídica, ingressou com ação judicial para garantir a todos os docentes da Unioeste, em estágio probatório, o direito à promoção de classe. Todas as instâncias da Justiça (da Comarca de Cascavel ao Tribunal de Justiça em Curitiba) julgaram favoravelmente o pleito da Assessoria Jurídica do sindicato. **De acordo com a decisão judicial, em última instância do Tribunal de Justiça, todos os professores da Unioeste "têm direito à progressão funcional [promoção de classe], independentemente de estarem em estágio probatório, de acordo com a respectiva titulação.** A expectativa da Diretoria da Adunioeste é que os professores da Unioeste amparados por tal decisão judicial deverão receber os recursos financeiros a quem têm direito nos próximos meses (ainda neste semestre). **Maiores informações serão repassadas nas Assembleias Docentes.**

REVISÃO DA CARREIRA DOCENTE:

O GOVERNO PRECISA AVANÇAR DA CONVERSACÃO PARA A NEGOCIAÇÃO EFETIVA!

Como resultado concreto da reunião realizada na SETI, em Curitiba, no último dia 22 de março, foi constituído um Grupo de Trabalho para discutir uma proposta de revisão da carreira docente e a elaboração de um estudo a respeito das perdas salariais historicamente acumuladas. Tal proposta foi apresentada no início da reunião pelas entidades sindicais, foi apoiada pelos reitores e aceita pelo Secretário Alípio Leal.

O Grupo de Trabalho será constituído por representantes das entidades sindicais, por representantes da SETI e por representantes das Administrações Superiores das universidades. Foi definido também que o Grupo terá o prazo de até 60 dias (15 de junho) para concluir os seus trabalhos. Ao final dos trabalhos deverá ser apresentada uma proposta, construída em comum acordo, de revisão da carreira docente. Tal proposta deverá ser encaminhada às demais instâncias de governo (secretarias de Administração, da Fazenda e Casa Civil) e posteriormente à Assembleia Legislativa do Paraná para apreciação e votação do projeto de lei.

O Grupo de Trabalho tomará como referência para discussão as 4 propostas de revisão de carreira docente, protocolizadas junto à SETI: **1.** a proposta apresentada pelos sindicatos de docentes vinculados ao Andes-Sindicato Nacional (Adunioeste, Adunicentro, Sesduem e Sinduepg); **2.** a proposta da APIESP (entidade representativa dos reitores); **3.** a proposta dos sindicatos mistos (de docentes e técnicos) e **4.** a proposta apresentada pelo Sindipro/Aduel.

A proposta apresentada pela Adunioeste e demais sindicatos docentes vinculados ao Andes-Sindicato Nacional (Adunicentro, Sesduem e Sinduepg) foi aprovada em assembleias docentes e protocolizada junto à SETI em 14 de junho de 2010. No caso da Unioeste as assembleias foram realizadas nos campi, no período de 8 a 11 de junho 2010.

A Diretoria da Adunioeste, em função de prazo definido pela SETI, indicou os nomes dos professores Luiz Fernando Reis (Efetivo) e Antonio de Pádua Bosi (Suplente) para representarem os docentes da Unioeste no Grupo de Trabalho. Tais nomes serão submetidos à aprovação das Assembleias Docentes.

A Diretoria da Adunioeste entende que **o início do funcionamento do Grupo de Trabalho poderá se constituir num avanço na busca de melhorias salariais para os docentes, desde que se instale um efetivo processo de negociação. Não basta o governo conversar com os representantes dos docentes é preciso que efetivamente se disponha a negociar, a encaminhar propostas que se traduzam em melhores salários para todos os docentes (ativos e inativos).** Entretanto, a Diretoria da Adunioeste entende que os ganhos econômicos não poderão sacrificar princípios basilares que estruturam a nossa carreira e são defendidos pelo nosso Sindicato Nacional (ANDES), tais como: Valorização do trabalho docente, que deve ser estruturado a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Valorização da Dedicação Exclusiva, entendida como o regime de trabalho preferencial dos docentes; Paridade e Integralidade na aposentadoria; Desenvolvimento na carreira dissociada de avaliação produtivista. Respaldados em tais princípios entendemos que não devemos aceitar nenhuma proposta que, por exemplo, rompa com a paridade de vencimentos entre professores ativos e aposentados, a introdução de qualquer tipo gratificação produtivista ou provisória. Maiores informações serão repassadas pela Diretoria do sindicato nas Assembleias Docentes.

ATENÇÃO COLEGA DOCENTE, FIQUE ATENTO!

ASSEMBLEIAS DOCENTES EM TODOS OS CAMPI DE 25 A 29 DE ABRIL.

PARTICIPE DA ASSEMBLEIA EM SEU CAMPUS: SE INFORME, OPINA, MOBILIZE-SE

² O Tribunal de Justiça decidiu, em última instância, favoravelmente aos docentes da Unioeste em julho de 2010 e a Reitoria foi comunicada da decisão do Tribunal em setembro.